



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

De BRIC à BRICS: A inclusão da África do Sul no Foro Político-Diplomático

Ana Marcilia dos Santos Stevanato

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Professor Doutor Pio Penna Filho

**Brasília
2016**

RESUMO

O objetivo do presente artigo é identificar, descrever e analisar a importância da inserção da África do Sul no acrônimo BRICS, expondo suas características e verificando sua capacidade de influenciar o sistema internacional. Para isto, será necessário, também, realizar um levantamento histórico dos BRICS, apresentar sua influência e importância no panorama internacional contemporâneo e sua competência para alterar o cenário internacional, comentando sua trajetória até os dias de hoje.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; BRICS; África do Sul.

ABSTRACT

The objective of this article is to identify, describe and analyze the importance of inclusion of South Africa in BRICS acronym, exposing the characteristics and confirming its ability to influence the international system. To accomplish this, it will be necessary to make a historical survey of BRICS, show their influence and importance in contemporary international panorama and its power to change the international scene, commenting on its beginning until now.

Key words: Brazilian foreign policy; BRICS; South Africa.

Introdução

Iniciado oficialmente em junho de 2009 na I Cúpula de Ecaterimburgo, na Rússia, o BRIC foi criado sem a pretensão de ser uma aliança geopolítica ou uma organização internacional, tratava-se apenas de um foro político-diplomático que galgava coordenar posições em foros internacionais e a própria cooperação entre os países membros, em campos como o da saúde, agricultura, ciência, tecnologia e até mesmo dos negócios. É importante ressaltar que o acrônimo não nasceu com toda a dimensão que ele tem hoje, como iremos verificar no decorrer deste trabalho. Foi em 14 de abril de 2011, na Cúpula de Sanya, Hainan, na China, que a África do Sul passa a fazer parte do grupo dos BRIC, o transformando em BRICS e dividindo, com eles, o desejo comum de colaboração mútua que os unia.

A inclusão da África do Sul no BRICS já foi muito questionada pela diversidade histórica, econômica e até mesmo cultural dos demais integrantes do grupo. No entanto, assuntos convergentes como: a) a busca pelo desenvolvimento a partir dos países subdesenvolvidos, b) a procura por espaço e reconhecimento no sistema internacional, e c) a demanda pela redução da dependência de países como os Estados Unidos e organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI)¹, tornam pertinente a integração da África do Sul no grupo e encoraja os outros países, em nível regional, a seguir a linha de Cooperação Sul-Sul (CSS). Pode-se dizer que a participação da África do Sul nesse grupo também está mais associada à sua dimensão no âmbito regional do que propriamente às suas características nacionais, o que explicaria um empenho em promover o contato formal com os demais países da região.

Em se tratando de África, que tem como principais desafios: a) redução da pobreza, b) insegurança alimentar, c) falta de infraestrutura e d) limitação produtiva e de transmissão, as alianças Sul-Sul podem servir como uma alternativa no intuito de

¹ O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização composta por 188 países, trabalhando para promover a cooperação monetária global, assegurar a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover a empregabilidade e o crescimento econômico sustentável, e reduzir a pobreza no mundo. Criado em 1945, o FMI é regido e responsável perante os 188 países que compõem a sua adesão quase global.

promover as cooperações entre os países em desenvolvimento (PEDs), tanto no quesito econômico quanto no social do local.

Apesar de possuírem alguns objetivos em comum, a singularidade dos países membros do BRICS ainda é um dos tópicos mais questionáveis do grupo, mesmo que o autor do acrônimo os tenha reunido apenas com base na dimensão da economia e nas taxas de crescimento, e dada a aparente inexistência de afinidades, são geradas especulações e inquietudes, tanto no nível político, quanto no nível acadêmico, a este respeito.

As disparidades entre os integrantes do grupo já começam pela formação histórica de cada um, a forma como se organizam socialmente, as experiências de desenvolvimento, além da assimetria tanto em termos de população quanto de território. Os focos da economia também são diversos, no Brasil se destaca a agricultura, na Rússia a energia, enquanto as manufaturas são o ouro da China. Já a África do Sul, além das *commodities*, o fim Apartheid² promoveu um cenário de estabilidade política e crescimento econômico, destacando-se como um país em ascensão política. A visão sul-africana é de “um continente unido, próspero, pacífico, democrático, sem discriminação racial e que possa contribuir para a existência de um mundo justo e equitativo” (DIRCO, 2011).

Adicionalmente, é importante lembrar que alguns autores menos otimistas, como é o caso da professora e pesquisadora da Universidad Nacional de Rosario (UNR), Gladys Lechini, acreditam que, por trás da benévola inserção do país africano no grupo BRICS, existe o fantasma do neocolonialismo. Isto sugere que os BRICS necessitam dos minerais e outros recursos naturais, principalmente energéticos, para continuar alimentando seu crescimento econômico, o que reforçaria a ideia do porquê da participação sul-africana no grupo. (LECHINI, 2012:147)

Com base nessas questões, o objetivo deste artigo é analisar as possíveis motivações, circunstâncias e justificativas que fizeram com que a África do Sul tenha ingressado no grupo dos BRICs, e de que forma esta participação se reflete no acrônimo.

² *Apartheid*: política oficial de segregação racial, ou de “desenvolvimento em separado” (PENNA FILHO, 2008 p.15)

1 BRICS

1.a Antecedentes

A primeira reunião de Cúpula de Chefes de Estado e Governo do BRICS no ano de 2009 em Ecaterimburgo, na Rússia, aconteceu poucos meses depois da grande recessão³, em setembro de 2008. O momento era favorável para retomar as reivindicações dos grandes países emergentes, de economias robustas e mais resistentes a crises mundiais, especialmente em cenário de enfraquecimento de foros anteriormente eminentes, como o G8⁴. A crise de 2008 explicitou a necessidade de reformas das instituições de governança internacional, especialmente no âmbito financeiro, que refletissem a nova configuração multipolar, com a ascensão do mundo em desenvolvimento, em geral, e dos grandes emergentes, singularmente. Esta era uma oportunidade para que os BRICS aprofundassem a cooperação entre si, já que enfrentavam desafios semelhantes em suas trajetórias singulares de desenvolvimento. (DAMICO, 2015:58).

Antes mesmo da crise de 2008, a economia internacional passava por mudanças, a força motriz financeira mundial, Estados Unidos, enfraquecia e surgiam novos polos globais, especialmente formadas pelos Países em Desenvolvimento (PEDs) e pelas economias emergentes, que dispõem de grande volume de recursos físicos e humanos e participam no crescimento do produto interno bruto (PIB) global. Mesmo durante a crise, o BRIC (que na época ainda não tinha o país sul-africano agregado), prosseguiu com um ritmo de crescimento satisfatório. Isto não significa que o grupo não tenha sido afetado com a crise, mas sim que ele foi menos atingido do que os Países Desenvolvidos (PD), como o próprio Estados Unidos e outros países da Europa, e que teve uma recuperação um tanto rápida e vigorosa, demonstrando uma certa resiliência dos países que compõe o grupo em relação ao acontecimentos externos, talvez este seja um de seus pontos fortes.

³ A crise de 2008 teve seu ápice no dia 15 de setembro, quando o banco Lehman Brothers, o quarto maior dos Estados Unidos, declarou à falência. A quebra do banco Lehman Brothers, ente outros bancos americanos, foi o resultado da confiança de que o mercado imobiliário continuaria em alta, da falta de regulamentação no mercado financeiro e dos investimentos em hipotecas de alto risco, os chamados *subprimes*. Quando o preço dos imóveis começou a cair, as instituições não tinham dinheiro para cobrir suas dívidas, deu-se, assim, o estouro da bolha imobiliária.

⁴ Formado por Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Canadá, Japão, Reino Unido e a Federação Russa (as principais democracias industriais) o grupo se reúne anualmente, desde 1975 para discutir as questões econômicas e políticas, tem a fundação de proteger seus membros e promover globalmente os valores da democracia, liberdade individual e avanços sociais. (G-7 Information Centre)

1.b Formação dos BRICS

O acrônimo foi criado⁵ pelo inglês Jim O'Neil, economista do grupo financeiro Goldman Sachs, que atribui aos quatro primeiros participantes (Brasil, Rússia, Índia e China), a característica de economias que teriam boas perspectivas para negócios. O acrônimo nada mais era que uma espécie de mnemônico para que seus clientes não se esquecessem das economias consideradas promissoras em futuras negociações.

Naquela oportunidade, as quatro economias envolvidas estavam crescendo a taxas invejáveis⁶, bem acima do observado nos países industrializados, e era clara a percepção de que esses países, não apenas por seu desempenho, mas, sobretudo, pelas dimensões de suas economias e de seus mercados internos e estruturas produtivas, deveriam ter voz mais ativa nos assuntos globais. (BAUMANN, 2015:25).

Era praticamente impossível pensar que, nessas condições em que esses países se encontram, Brasil, Rússia, Índia e China não tivessem oportunidade de influenciar certos assuntos internacionais ou ao menos serem ouvidos, já que detinham boa parte da população mundial e apresentavam crescimento econômico relevante para o engendramento de novos rumos na agenda internacional. A união dos quatro primeiros países no agrupamento permitiu maior credibilidade e robustez aos integrantes e, dessa forma, uma presença mais ativa e respeitada nos fóruns internacionais.

Se naquela época esses países já teriam motivos para se unir, agora, eles têm motivo de sobra para continuarem juntos: o Brasil se destaca quando se trata de acordos comerciais e negociações sobre desenvolvimento sustentável, a Rússia é um gigante em matéria de segurança por conta de seu arsenal nuclear e magnitude no mercado de energia, a Índia exerce um grande peso demográfico, influência regional e por se tratar da maior democracia do mundo, a China é atualmente a força motriz da economia internacional, já a África do Sul é uma importante produtora de *commodities*. Ou seja, é praticamente impossível pensar em regime internacional sem contar com a influência dos BRICS.

⁵ Jim O'Neil criou o acrônimo BRIC. A letra S de South África, foi adicionada em 2009 com a inserção da África do Sul pelos próprios países membros, e não por definição de O'Neil.

⁶ Entre 2005 e 2009 (data da primeira reunião de Cúpula), as taxas médias de crescimento do PIB foram: Brasil – 3,6%; Rússia – 4,1%; Índia – 8,1% e China – 11,4%. Nesse mesmo período o grupo de países de alta renda cresceu em média a 0,9% e o mundo em conjunto a 2,1%.

Além disso, ser BRICS é mais do que compartilhar dos mesmos ideais, promover a cooperação, é também, de alguma forma, se distinguir dos demais países emergentes, ressaltando uma idiossincrasia própria de países que buscam, no fundo, o desempenho do seu poder no sistema internacional. Isso pode explicar a afirmação do embaixador Marcos Azambuja: “É melhor ser BRICS do que não sê-lo”. Para o diplomata Gelson Fonseca Jr.: “O que os aproximava, além das oportunidades de investimento, eram oportunidades de exercício de poder” (FONSECA JR, 2013:25).

A fim de definir poder, o embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto sugere:

Segundo uma tentativa muito sumária de definição, o poder expressaria simplesmente a capacidade de um país de influir em determinadas áreas ou simplesmente na área internacional. Seria a capacidade de um Estado ou de uma organização de expressar seus interesses e seus objetivos, além de suas fronteiras, em outros Estados ou na comunidade mundial. O poder, igualmente, assume formas e manifestações diferentes e se expressa em áreas específicas, como o poder econômico, o político, o estratégico e o cultural. A expansão ou a manutenção dessas formas de poder não coincide necessariamente no tempo (OURO-PRETO, 2013:102)

A partir do momento em que um Estado detém poder, ele está apto a participar mais ativamente das decisões, não só internamente, mas também externamente, de exercer influência sobre outros Estados, utilizando-se de ferramentas como o *soft power*⁷, e até exercitando sua política mais extrema, de força, denominada *hard power*⁸, tudo para alcançar seus objetivos e interesses.

A formação do grupo começou com uma estratégia cautelosa de aproximação a partir da insatisfação com sua presença nos processos de determinação dos rumos da governança global. (BAUMANN, 2015:2)

Com isso, destaca-se que, a partir da década de 1990, que foi o período de Pós Guerra Fria onde a maioria dos países, incluindo os EUA (a única superpotência restante), encontrava-se pressionada a ajustar sua agenda de política externa para um novo cenário que emergia sob o signo da cooperação e da universalização dos regimes políticos e econômicos liberais (PECEQUILO, 2008).

Apesar das trajetórias históricas distintas, interesses aparentemente diversos e estruturas produtivas diferenciadas, Brasil, Rússia, Índia e China, são (junto com os

⁷ O poder brando é exercido na arte de fazer os outros países cooperarem por meio do diálogo e da negociação. Parte desse poder brando seria refletida nos valores que esse país representa, como a liberdade, o mercado, a meca das academias, a meca do divertimento, etc. (SARFATI, 2005:219.)

⁸ Poder bruto refletido na força militar e econômica. (SARFATI 2005:219)

Estados Unidos) os únicos países que apresentam ao mesmo tempo três características: a) dimensões geográficas com mais de 2 milhões de km²; b) PIB nominal superior a 2 trilhões de dólares em 2014; e c) população maior que 100 milhões de habitantes. No caso da África do Sul, sua inclusão fica alheia a estes critérios, no entanto, tem caráter singular por ser uma economia significativamente relevante.

Com o reforço da África do Sul, os cinco países juntos possuem 42% da população, 14% do PIB mundiais e, em média, três quartos das reservas de divisas. Todos os países pertencem ao fórum mais importante para a definição de governança global, o G-20, o que reforça as expectativas de que em breve o conjunto das economias dos BRICS superará em importância a economia dos Estados Unidos, transformando-as não somente em potências econômicas, mas também em agentes ativos no processo de definição das políticas globais. Isso explicaria uma das justificativas para a criação do BRICS, que era a vontade conjunta de influenciar mais intensamente a governança global, questionando a ordem ditatorial das principais economias ocidentais primordiais. (BAUMANN, 2015:22).

Ainda referenciando o professor Renato Baumann:

“Com as estimativas de que em breve o conjunto das economias dos BRICS superará em importância a economia dos Estados Unidos, isso as transforma não apenas em potências econômicas, mas também em agentes ativos no processo de definição das políticas globais.”
(BAUMANN, 2015:22)

O surgimento do BRICS pode ser considerado um mecanismo político-diplomático de redesenho da governança mundial, utilizando-se do momento propício e da visibilidade a qual estes países estavam expostos, alterando o cenário econômico global de unipolar para multipolar.

A hipótese de que sistema internacional seria unipolar durou pouco tempo, nada além de um breve momento além do pós-Guerra Fria, é certo que os Estados Unidos é considerado possuidor de vantagens de poder militar e estratégico, no entanto, os EUA têm sofrido frustrações com o advento das guerras no Iraque e Afeganistão e por não conseguir impor a não proliferação nuclear na Coreia do Norte, afetando assim, o seu *soft power*. Além disso, o mundo pós-Guerra Fria não está sendo moldado por padrões norte-americanos, podemos citar os direitos humanos e o regime ambiental que estão longe de ser exemplares. Tais dificuldades

americanas apontam para a direção de que a construção da ordem pede mais atores, dando espaço para a multipolaridade, tornando cada vez mais oportuna e exequível a presença dos BRICS no sistema internacional.

Segundo a definição de Keohane (1969), podemos classificar os países que compõe os BRICS⁹ como “*system affecting countries*”¹⁰ e verificar que eles estão presentes ativamente em debates multilaterais com a finalidade de influir nas definições da agenda internacional, mesmo não dispondo de ampla capacidade de poder. Estes países também pretendem servir de ponte para interceder a relação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e para substanciar seus próprios interesses.

Segundo o autor Damico (2015), para compreender os “BRICS” é preciso primeiro considerar que seus países-membros se destacam por características comuns, além daquelas usualmente citadas, como o crescimento econômico e sua grandeza em variadas dimensões.

Se, por um lado, os BRICS são países com particularidades próprias, são muitos os pontos que os unem: os BRICS são ativos protagonistas na política de suas respectivas regiões, engajados nos projetos de integração e cooperação com seus vizinhos; suas grandes dimensões os colocam, ademais, em situação singular quanto à política regional. Em foros multilaterais, os BRICS são autônomos e independentes, com voz ativa em diversos regimes, destacando-se em relação a outros países desenvolvidos e em desenvolvimento. É difícil identificar um tema da agenda global que não conte com a atuação marcante de algum dos integrantes do BRICS. (DAMICO, 2015:58)

Damico (2015) também ressalta a relevância política dos países do BRICS quando se trata do regime de segurança internacional, uma vez que dois deles são membros permanentes do Conselho de Segurança, enquanto os outros três estão entre os mais ativos defensores da necessidade de reforma do Conselho, até por que eles pretendem assumir assentos permanentes.

O campo de atuação dos BRICS ainda vai além, temas como desenvolvimento sustentável, comércio, cooperação e direitos humanos também

⁹ Os países que compõe o grupo também foi classificado quanto a sua extensão territorial e população. Em 1994, George Kennan os designou *monster countries* devido à grande extensão territorial e ao elevado contingente populacional. Já em 1997, Ignacy Sachs popularizou um termo introduzido por Roberto Macedo, e os declama como “países-baleia”.

¹⁰ São países que, isolados, não conseguem estabelecer uma ordem internacional, mas quando são agrupados têm a capacidade de intervir e suggestiona-la.

fazem parte da agenda do grupo e enfatizam as diversas instâncias multilaterais. Isto significa que, a maioria dos termos tratados nos fóruns e debates internacionais já estão inclusos na agenda BRICS e estão sendo discutidos e priorizados por eles.

Além dos fatores outrora citados, pode-se afirmar que o fluxo comercial entre os países em questão também impulsionou a formação do agrupamento, mesmo apresentando variações entre os países. É interessante ressaltar, também, as relações bilaterais entre os países do grupo, já que, quanto maior a relação entre eles, maior chance de ocorrer tratamento privilegiado entre estas economias.

Com relação ao Brasil, podemos verificar a distinção entre as relações comerciais perante os aliados BRICS.

Resultado comercial entre o Brasil e outros BRICS (US\$ milhões)

	China	Índia	Rússia	África do Sul
2005	6.300	- 65	2.195	1.030
2010	5.190	- 750	2.242	557
2011	11.526	- 2.880	1.272	769
2013	8.773	- 3.227	298	1.117
2014	3.722	- 1.847	813	494

Fonte: SECEX/MEDIC

Analisando a tabela supracitada, o Brasil possui um superávit comercial com todos os país, com exceção da Índia. Para Baumann, isso pode se dar por diversos fatores como a existência de barreiras comerciais aplicadas aos produtos brasileiros, a discrepância nos ganhos de competitividade relacionados a processos de complementaridade produtiva com seus vizinhos e a diferença das vantagens comparativas de cada Estado.

Se considerarmos os investimentos que cada integrante do BRICS aplicou nos países deste mesmo grupo, no período que compreende o ano de 2003 até o ano de 2013, podemos observar que a China lidera, disparadamente, o país mais presente no aporte de capital, seguido pela Índia, Rússia e África do Sul, e por último o Brasil.

Investimentos entre os BRICS (US\$ Milhões)

Origem	Países de destino					
	Brasil	China	Índia	Rússia	África do Sul	Total
Brasil		1.613	462	528	25	2.628
China	12.769		14.273	12.272	1.818	41.133
Índia	3.568	10.622		2.511	5.381	22.082
Rússia	117	5.895	4.976		1.377	12.365
África do Sul	1.352	7.761	574	326		10.013
Total	17.806	25.891	20.286	15.637	8.601	88.220

Fonte: FDI Intelligence

Isto é reflexo da priorização brasileira em investir nos seus países vizinhos e integrantes do Mercosul. É fato que o grupo requer uma reorganização dos fluxos de investimentos e a exclusão das barreiras comerciais a fim de consolidar o bloco, torna-lo mais sustentável e promover maior homogeneidade de resultados, mas, para isto, o Brasil, por exemplo, terá que realizar um esforço maior que os demais países para balancear o quadro vigente.

Na última reunião de Cúpula ocorrida em Fortaleza, em julho de 2014, foi enfatizada a criação oficial do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD) e o Acordo Contingente de Reservas. Este Banco terá capital subscrito de US\$ 50 bilhões e capital autorizado de US\$ 100 bilhões, sediado em Xangai, China, com um escritório regional na África do Sul, e a primeira presidência caberá à Índia. A criação do NBD nada mais é que a consolidação de um dos maiores objetivos do BRICS, que é o de reduzir a dependência que os países em desenvolvimento tem do FMI, Banco Mundial e qualquer outro tipo de dependência financeira perante os países desenvolvidos. Após os primeiros sintomas da crise econômica global, os países BRICS perceberam uma janela de oportunidade para ampliar seu papel e sua influência no campo do financiamento para o desenvolvimento. (DAMICO, 2012:71)

A criação do NBD faz parte de uma tendência mais ampla: a proliferação de atores provedores de financiamento para o desenvolvimento. Além de provedores bilaterais e novos agentes privados, bancos regionais de desenvolvimento, tais como o recém-anunciado Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento e o Banco da Organização para Cooperação de Xangai, refletem a descentralização do financiamento para o desenvolvimento. (ABDEBYNN, FOLLY.2015:88)

É fato que os treze anos do acrônimo é sustentado, até hoje, mais pelo motivo dos países que compõem a sigla terem construído uma agenda diplomática de cooperação coordenada com eficácia, ampla e crescente, em diversos regimes internacionais, do que pela razão inicial que o gerou, o mercado financeiro. Os mecanismos de políticas de cooperação e coordenação reunindo os BRICs constituiu, em 2006, uma nova forma de relacionamento entre países emergentes. A nova versão do conceito BRICS passou a estabelecer a visão dos próprios países sobre suas oportunidades de atuar conjuntamente e seu lugar no cenário internacional. Em síntese, o BRICs foi muito além de sua concepção original. (DAMICO, 2015:58)

1.c Trajetória BRICS

I Cúpula - Ecaterimburgo, Rússia (16 de junho de 2009).

Foi a primeira cúpula do agrupamento, que até o momento só possuía os quatro primeiros membros, Brasil, Rússia, Índia e China. Neste momento identificou-se quais eram as áreas de interesse para que o diálogo fosse mais aprofundado do que já havia sido discutido em 2006. Tratou de assuntos como repúdio ao terrorismo, defesa do multilateralismo, desenvolvimento sustentável, a cooperação em energia e ciência e tecnologia, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), além dos temas principais, que são os financeiros e econômicos, e já definiu a próxima cúpula de 2010, sediada no Brasil.

A Declaração da I cúpula dos BRICS é sucinta, possui apenas 16 parágrafos, e trata de assuntos que continuaram em pauta ao longo da trajetória do grupo. Como a reunião foi realizada logo após a crise de 2008, e talvez isto não tenha sido um mero acaso, muito se falou sobre a reforma das instituições financeiras internacionais a fim de resultar numa mudança na economia global, tal preocupação pode ser percebida em alguns parágrafos da Declaração, e já começa sendo o primeiro assunto da lista a ser tratado, situado no parágrafo 1 do Comunicado Conjunto dos Líderes dos Países BRIC¹¹. A preocupação com a situação econômica e financeira mundial foi um dos temas mais citados desta Declaração, e por isso, foram expostas algumas

¹¹ 1- Enfatizamos o papel central das Cúpulas do G-20 para a solução da crise financeira. Elas têm encorajado a cooperação, a coordenação de políticas e o diálogo político em relação a assuntos econômicos e financeiros de âmbito internacional. (PIMENTEL, 2012:199)

sugestões a fim de influenciar positivamente o cenário atual, como incentivo ao comércio internacional, aos investimentos e ao multilateralismo.

Dentre os diversos assuntos citados na I Declaração dos BRICS estavam também a atenção com o meio ambiente, os acordos ambientais multilaterais, o desenvolvimento sustentável, e a utilização da energia, as questões de assistência humanitária, segurança alimentar e desastres naturais e também assuntos dos direitos humanos, como respeito mútuo e igualdade. Foi reforçado o apoio à Organização das Nações Unidas (ONU), no entanto, levantou-se a hipótese de realizar uma reforma para que ela seja mais eficiente e interfira mais efetivamente. (PIMENTEL, 2012:202)

II Cúpula - Brasília, Brasil (15 de abril de 2010).

Na segunda cúpula foram tratados assuntos como governança global e visão comum, comércio internacional, desenvolvimento, combate à pobreza, energia, mudança climática, terrorismo, aliança das civilizações, Haiti, além de estipularem a data da III cúpula, que viria a acontecer na China, em 2011. O objetivo também era aprofundar a concertação política entre os seus membros. (PIMENTEL, 2012:205).

No que tange a governança global, a II Declaração Conjunta da II Cúpula de Chefe de Estado/Governo dos BRICS clama por reestruturação da arquitetura financeira, a fim de torná-la mais estável e reafirma a posição dos BRIC em contribuir para que os países emergentes possam ter mais voz e poder de atuação neste âmbito, a fim de construir um mundo mais harmonioso, de paz duradoura e prosperidade comum. Sobre o comércio internacional, consta da Declaração que o grupo considera importante o multilateralismo, a queda do protecionismo e menciona o apoio da candidatura de adesão da Rússia à OMC.

Outro ponto que merece ser ressaltado é o “desenvolvimento”, que conforme a Declaração Conjunta, está representado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹² que estão contidos na Declaração do Milênio das Nações Unidas e devem ser seguidos e alcançados, a fim de promover e garantir o crescimento

¹² Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são: (1) Redução da pobreza; (2) Atingir o ensino básico universal; (3) Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; (4) Reduzir a mortalidade na infância; (5) Melhorar a saúde materna; (6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; (7) Garantir a sustentabilidade ambiental e (8) Estabelecer uma parceria mundial para ao desenvolvimento. (PNUD)

econômico dos países em desenvolvimento. Aproveitando o gancho dos ODM, a Declaração reflete a determinação dos países BRIC em reduzir a pobreza, a exclusão social e a desigualdade, e apoia a cooperação técnica e financeira para este fim. E sobre as mudanças climáticas, fica clara a intenção dos BRIC em tomar providências para fortalecer a ação global em direção a implementação das exigências do Protocolo de Kyoto e da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

É interessante pontuar o artigos 26¹³, que trata a respeito do Haiti, onde é explicitada a solidariedade ao povo haitiano que passou por situação de emergência e calamidade em virtude do terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, e é reiterado o compromisso para a reconstrução, recuperação e desenvolvimento do país, em comunhão com a comunidade internacional.

Muito se falou sobre os esforços de cooperação dos países membros, e a grande singularidade desta Cúpula foi o crescimento das iniciativas de cooperação intra-BRICS, com a realização de grandes eventos, inclusive da Primeira Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos dos antigos BRIC, à margem do Comitê Estatístico da ONU, resultando duas publicações estatísticas conjuntas dos países BRIC, entre outros programas e encontros de ministros e presidentes, que contribuem para a realização de diversas atividades que não fiquem restritas apenas às Cúpulas, estimulando uma interação contínua entre seus membros.

III Cúpula - Sanya, China (14 de abril de 2011).

Foi nesta Cúpula, a terceira, em que foi oficializada a entrada da África do Sul no agrupamento dos BRICS, que já tinha sido previamente instaurada em setembro de 2010, quando da Reunião de Chanceleres, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU). A admissão da África do Sul não foi dada pelo criador do acrônimo, Neil, mas sim pelos próprios membros do grupo, conforme o

¹³ Reafirmamos nossa solidariedade ao povo haitiano, que tem lutado sob circunstâncias terríveis desde o terremoto de 12 de janeiro, e reiteramos nosso compromisso de reunir esforços com a comunidade internacional para ajudar a reconstruir o país, sob a orientação do governo haitiano, e de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Haiti.

segundo parágrafo da Declaração Conjunta da III Cúpula de Chefes de Estados/Governos¹⁴.

Nesta ocasião, os avanços foram em direção a consolidação dos mecanismos de coordenação em foros multilaterais e a construção de uma agenda de cooperação intra-BRICS. Áreas como agricultura, estatísticas e bancos de desenvolvimento ganharam força e novas vertentes na área da saúde e de ciência e tecnologia foram abertas. Ainda, foram realizados, paralelamente, foros, encontros, reuniões de Ministros e o Seminário de *Think Tanks*, entre outros eventos, principalmente, ligados à segurança.

Foi reforçado o empenho na promoção da paz, segurança, desenvolvimento e cooperação e o sentimento de que juntos os, agora, BRICS detém a capacidade de contribuir de maneira significativa para alcançar estes objetivos. Também foram retomadas as questões sobre a requisição, por parte do grupo, por reforma financeira, o anseio pela cooperação econômica, financeira e comercial a fim de contribuir para o crescimento de longo prazo estável, consistente e equilibrado da economia internacional. Dessa vez, os BRICS explicitaram a pretensão em participar de forma estreita nas questões de segurança e paz juntamente com o Conselho de Segurança da ONU mencionando a presença dos cinco países do BRICS, neste Conselho, em 2011.

Desta Cúpula surgiu o Plano de Ação, documento que estabeleceu as bases para a cooperação na esfera BRICS e que tem como objetivo fortalecer a cooperação BRICS e beneficiar aqueles que fazem parte desses povos. Este Plano de Ação visa concretizar todas as ações que traduzem a visão política dos países membros e está dividida em: (i) reforçar os programas de cooperação existentes, (ii) novas áreas de cooperação, (iii) novas propostas. (PIMENTEL, 2012:226)

IV Cúpula – Nova Delhi, Índia (29 de março de 2012).

O tema desta vez era “A Parceria dos BRICS para a Estabilidade Global, Segurança e Prosperidade”. Nesta oportunidade foram lançadas as bases para um terceiro pilar: a cooperação financeira com terceiros países, por meio da criação do “Banco BRICS”. A ideia de formulação do Banco teria sido da Índia, no entanto, ele

¹⁴ Os Chefes de Estado e de Governo do Brasil, Rússia, Índia e China expressam sua satisfação com o ingresso da África do Sul no BRICS, e registram sua expectativa de reforçar o diálogo e a cooperação com a África do Sul no âmbito do Fórum. (PIMENTEL, 2012:217)

seria liderado pelos cinco países e voltado ao financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, não só nos países membros do grupo, como também nos outros países emergentes e em desenvolvimento. Podemos reconhecer tal consideração se observarmos o parágrafo 13¹⁵ da Declaração Conjunta da IV Cúpula de Chefe de Estado/Governo.

Temas recorrentes como políticas, incluindo a economia global, o terrorismo e a segurança energética também foram abordados. Recorrente, o assunto de maior inquietação continua sendo a situação econômica global, e especialmente em países da zona do euro, a instabilidade dos mercados, o acúmulo de dívidas soberanas e o ajuste fiscal gera um ambiente de incertezas, principalmente no que se refere ao crescimento mundial.

A recuperação dos BRICS em relação a crise de 2008 foi considerada relativamente rápida em relação a zona do euro, mas sabe-se que há muito trabalho a ser feito para que os países emergentes tenham a possibilidade de ampliar a disponibilidade de recursos para financiamento do desenvolvimento de economias em desenvolvimento e emergentes. Nesse sentido, lembraram a importância do grupo G-20 como principal foro para a cooperação econômica internacional e o colocaram na posição fundamental de facilitador da ampla coordenação de políticas macroeconômicas a fim de recuperar a economia internacional e assegurar a estabilidade financeira. (PIMENTEL, 2013:231)

Questionou-se a lenta reforma, que já havia sido solicitada anteriormente, do sistema Fundo Multilateral de Investimento (FMI) com o propósito de favorecer os países emergentes, realizando mudanças substanciais no poder de voto, a fim de adequar a participação desses países nos processos decisórios, o que seria mais condizente com seu peso relativo na economia mundial. Também foi requerida a abertura da seleção baseada em méritos, e independentemente da nacionalidade, nos cargos de chefia do FMI e do Banco Mundial. Também foi requerido ao Banco

¹⁵ Consideramos a possibilidade de estabelecimento de um novo Banco de Desenvolvimento voltado para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável em países do BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, com vistas a suplementar os esforços correntes de instituições financeiras multilaterais e regionais de promoção do crescimento e do desenvolvimento internacionais. Instruímos nossos Ministros de Finanças a examinar a viabilidade e possibilidade de implementação dessa iniciativa e a estabelecer um grupo de trabalho conjunto para realizar os estudos necessários e reportá-los na próxima Cúpula (PIMENTEL, 2012:233)

Mundial maior disponibilidade de recursos para financiamento dos países em desenvolvimento de economias emergentes, a redução dos custos de empréstimos bem como a adoção de mecanismos inovadores de empréstimos.

V Cúpula – Durban, África do Sul (27 de março de 2013).

O tema desta cúpula não poderia ser diferente já que a reunião aconteceu na África do Sul: “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”. Encerrando o ciclo¹⁶ de Cúpulas, o encontro da África do Sul teve como principais resultados o início das negociações para formação do Arranjo Contingente de Reservas, que está no artigo 10¹⁷ da Declaração de Ethekeini; a ratificação do relatório de viabilidade e factibilidade do “Banco de Desenvolvimento dos BRICS”; a assinatura de dois acordos entre os Bancos de Desenvolvimento dos BRICS; estabelecimento do Conselho Empresarial do BRICS, entre outros assuntos, todos eles refletidos na Declaração.

Além de reafirmarem os laços de união e cooperação entre os países membros, os BRICS apoiam e encorajam o comércio multilateral, o crescimento econômico, investimentos, e todos os esforços necessário para desenvolvimento de todo o continente africano, além de apoiar e empenhar-se para a redução da fome e pobreza, a luta contra o HIV e outras doenças, e o combate violação dos direitos humanos e humanitários em todo a África. (BAUMANN, 2015:205)

VI Cúpula – Fortaleza, Brasil (15 de julho de 2014).

A VI Cúpula sediada no Brasil teve seu tema o "Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis". Assuntos como Novo Banco de Desenvolvimento e o do

¹⁶ Cada ciclo de Cúpulas deve ter os cinco países como anfitriões, sendo assim, a cada cinco anos se encerra um ciclo.

¹⁷ Em junho de 2012, em nossa reunião em Los Cabos, encarregamos nossos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais de explorar a construção de uma rede de segurança financeira por meio da criação de um Arranjo Contingente de Reservas (ACR) entre os países do BRICS. Concluíram que o estabelecimento de um arranjo contingente de reservas autogerido teria um efeito de precaução positivo, ajudaria os países do BRICS a evitar pressões de liquidez de curto prazo, forneceria apoio mútuo e reforçaria adicionalmente a estabilidade financeira. Contribuiria, igualmente, para o fortalecimento da rede de segurança financeira global e complementaria os acordos internacionais existentes como uma linha de defesa adicional. Entendemos que o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reserva (ACR) com um tamanho inicial de US\$ 100 bilhões é factível e desejável, sujeito aos marcos legais internos e às salvaguardas pertinentes. Instruímos os nossos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais a continuar trabalhando para o seu estabelecimento.

Arranjo Contingente de Reservas, que depois de Nova Delhi vem sendo recorrente nas Cúpulas, continuaram sendo citados e agora tiveram acordos assinados. Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica entre Agências de Crédito e Garantias às Exportações do BRICS, também foram celebrados, assim como o acordo entre os bancos nacionais de desenvolvimento dos BRICS para a cooperação em inovação.

Depois de expor as dificuldades enfrentadas pelos membros dos BRICS e os outros países que apresentam economias emergentes em adquirir apoio em financiamentos para lidar com as lacunas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, foi anunciada a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, prometendo fortalecer a cooperação entre os BRICS e a complementação dos esforços de instituições financeiras multilaterais e regionais para ao desenvolvimento global, tudo isso em direção ao crescimento forte, equilibrado e sustentável. (BAUMANN, 2015:225)

Os demais parágrafos reforçam os temas que já eram tratados nas Declarações anteriores, como a reforma da ONU e do FMI, a preocupação com o meio ambiente, o combate ao terrorismo, a busca da paz, principalmente entre os povos do Oriente Médio, e com algumas novidades como: combate à crimes cibernéticos e à corrupção.

VII Cúpula – Ufá, Rússia (15 de julho de 2015).

A última Cúpula dos BRICS ocorreu na Rússia e foi marcada pelo apoio de bancos de desenvolvimento dos países dos BRICS, que fecharam acordos entre si, para dar suporte para a obtenção de recursos ao Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), pela efetivação do Arranjo Contingente de Reservas e por atividades como a realização das primeiras reuniões do Conselho de Governadores e da Diretoria do Banco.

A Declaração de Ufá expressou o compromisso do BRICS no cumprimento dos princípios consagrados na Carta da ONU e na Declaração de 1970 sobre os princípios do Direito Internacional relativos Relações de Amizade e Cooperação entre os Estados em conformidade com a Carta das Nações Unidas, e aproveitam

para brindar os 70 anos da Fundação das Nações Unidas e 70º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial.

Muito se falou sobre o combate a corrupção, à pirataria, a busca do desarmamento, prevenção de armas e crime organizado transnacional. Temas como a cooperação em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e o crime cibernético foram mencionados, a preocupação com situação atual da Síria, que passa por momento delicado, de muita violência e deterioração dos direitos humanos também estavam em voga, além de lembrarem de outros países que passam por situações de conflito, como Líbia, Sudão do Sul, Afeganistão, Israel e Palestina, sempre com o apoio para apaziguar e promover a paz.

A novidade desta Cúpula ficou por conta da assinatura do Acordo entre os Governos dos Estados Membros do BRICS de Cooperação na Área de Cultura, que foi inspirado na Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional da UNESCO, de 1966, e na Declaração sobre a Diversidade Cultural da UNESCO, de 2001, onde reconhecem diversidade cultural como fonte de desenvolvimento humano. (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 2015)

2. África do Sul no BRICS

2.a Cooperação Sul-Sul

Dilemas como insegurança, pobreza, infraestrutura insuficiente, incapacidade produtiva e de transferência de tecnologia entre outros aspectos econômicos e sociais são desafios constantes entre os países ainda em desenvolvimento, e talvez por existir este ponto em comum que as alianças Sul-Sul e a cooperação horizontal entre os países emergentes possam ser uma oportunidade de crescimento e ajuda mútuos.

Conforme o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul (2013), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC): “A cooperação técnica entre países em desenvolvimento é uma das modalidades com maior volume de resultados positivos no quadro geral dos fluxos de intercâmbio “Sul-Sul”. Os princípios da cooperação para o desenvolvimento brasileira são: transferência de conhecimento; capacitação de recursos humanos; alocação e emprego de mão de obra local e consideração das

particularidades de cada país. O princípio de solidariedade valoriza a cooperação entre os “povos para o progresso da humanidade” (BRASIL, s.d.).

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), denomina Cooperação Sul-Sul como “a modalidade de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento, que compartilham desafios e experiências semelhantes”.

Amplamente, a Cooperação Sul-Sul é tida como uma prática regida por concepções desenvolvimentista, horizontal e solidária.

No caso sul-africano, foi após a queda do Apartheid e com a democratização que surgiram os primeiros mecanismos de promoção da cooperação econômica por meio de concessão de empréstimos e assistência financeira a projetos de desenvolvimento, denominado *African Renaissance Fund* (ARF). E foi a partir daí que instituições como os Ministérios de Finança, Educação e Saúde começaram a participar da cooperação internacional sul-africana.

Cinco são os objetivos que norteiam a assistência para o desenvolvimento da África do Sul: (i) fortalecimento da agenda africana e do desenvolvimento sustentável; (ii) promoção da democracia e da boa governança; (iii) prevenção e resolução de conflitos; (iv) integração e desenvolvimento socioeconômico; (v) assistência humanitária e (vi) desenvolvimento de recursos humanos (SOUTH AFRICA, 2011).

Esse sentimento de cooperação internacional e, principalmente da cooperação Sul-Sul, despertou o desejo de se aproximar, cada vez mais, de países que possuíam os mesmos desafios, objetivos, e que compartilhavam das mesmas perspectivas, de formar coordenada. Dessa forma, além do compartilhamento de informações e ideias e da ajuda mútua, unir-se a outros países em desenvolvimento tornaria tangível o atingimento dos objetivos individuais de cada país e o projetaria a um nível mundial junto à comunidade internacional.

2.b Inserção do país sul-africano

Com o advento da III Cúpula ocorrida em 2011, em Nova Delhi, a admissão da África do Sul no grupo dos BRIC foi considerada expressiva em razão de sua relevância econômica no continente africano, de sua construtiva atuação política e da

sua representatividade geográfica, após a entrada do país sul-africano, o BRICS passou a abranger todos os continentes, exceto Oceania.

Conforme palavras de Pfeifer (2012):

A República da África do Sul, ao juntar-se aos BRICS, a partir de 2010, dota-lhes da representatividade emanada de um país que provém de um continente de um bilhão de pessoas em franca expansão de seus mercados domésticos e de sua capacidade de extração de recursos naturais. Traz à baila ainda o êxito de um experimento político que logrou desenhar um pacto social no qual pobres e ricos das mais variadas etnias compartilham um espaço de oportunidades para a prosperidade e a paz individuais. Assim, a adição sul-africana contraria o elemento seminal dos BRICS, qual seja, a pujança econômica do país-membro; sua contribuição dá-se, sim, pelo elemento político democrático ao fornecer um exemplo, mesmo que incompleto e imperfeito, de saída. O Brasil, os BRICs e a agenda internacional virtuosa de uma crise social complexa – exatamente a fórmula que se busca hoje no e para o mundo. (PFEIFER, 2012:80)

Fatores como o fim do *Apartheid*, a retomada da democracia, a busca por justiça social, a reforma política, além de fatores como a abundância em recursos naturais, foram responsáveis por respaldar a entrada do país sul-africano no agrupamento.

Caracterizada como uma potência regional promissora, a África do Sul pós-*Apartheid* conseguiu sustentar a estabilidade de sua democracia multirracial, manter o crescimento econômico a uma média de 4,5% ao ano (a.a.) e expandir e consolidar sua participação regional e global. Possui mais de 30% do PIB do continente africano, com uma importante influência de sua economia. Entre 2006 e 2007, a África do Sul foi o principal investidor direto na sub-região (90%). Ao mesmo tempo, foi o principal destinatário de IED (quase 80%) da África Subsaariana. Um relatório do Standard Bank (um dos quatro maiores bancos da África do Sul, com capital chinês) argumenta que o país possui estabilidade institucional, bons mercados financeiros e regulações efetivas para atrair as multinacionais. (LECHINI, 2012:146)

É sabido que a participação da África do Sul no BRICS se deve aos seus próprios méritos, como a crescente presença em fóruns multilaterais, nos quais muitas vezes representa o continente africano, o que a posiciona melhor no ambiente internacional e aumenta seu *soft power*. Para a ministra de Relações Exteriores e Cooperação da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, “somos uma boa porta para os BRICs. Embora a nossa população seja pequena, temos a economia mais

diversificada do continente e não falamos apenas em nome da África do Sul (mas também do conjunto da África” (MOHAU, 2011).

A afirmação de Maite Nkoana-Mashbane pode ser fundamentada na observação da Declaração de Durban, onde é mencionada a preocupação com a situação de outros países alheios ao grupo. Embasando Nkoana-Mashbane, Renato Baumann afirma que:

Na Declaração de Durban¹⁸, são mencionados explicitamente sete países e, na Declaração de Fortaleza, há referência a não menos de 123. Isso reflete uma dimensão nova, de posicionamento do grupo em relação a situações em terceiros países. Um segundo aspecto importante é que, em seguida à reunião de Cúpula de Durban, os Chefes de Estado dos BRICS reuniram-se com suas contrapartes nos demais países africanos. Uma leitura era de que a participação da África do Sul nesse grupo está mais associada à sua dimensão no âmbito regional do que propriamente às suas características nacionais, o que explicaria esse empenho em promover um contato formal com os demais países da região. No entanto, em Fortaleza, repetiu-se esse exercício, com os Chefes de Estado dos BRICS tendo se reunido com os Chefes de Estado da Unasul. Isso traz para o interior do grupo uma dimensão de regionalismo que não tinha precedente até aqui. (BAUMANN. 2015:28)

No âmbito regional, a África do Sul se preocupou em deixar de ser indutor de desestabilização, e se propõe a se tornar um pacificador no continente, prestando-se a combater o subdesenvolvimento e procurando introduzir a África, que se encontrava na condição de continente a margem do processo de globalização, afim de romper com o isolamento regional e promover a renovação do continente (LIPTON, 2009). Isso também pode ser observado a medida em que se aproxima, cria e fortalece parcerias com diversos países africanos (NGWENYA, 2011:3).

Outro fator de importante para a inserção da África do Sul no BRICS é de relevância simbólica, ou seja, a reivindicação por mais poder em instituições multilaterais e sua expansão no continente africano, assim, o país ganha uma posição de representante de todo o continente africano perante o grupo dos BRICS, se consolidando e encopando os países em desenvolvimento na nova ordem mundial.

¹⁸ A Declaração de Durban, designada como a “III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, ocorrida em 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul.

2.1. Posicionamento dos países membros com a entrada da África do Sul nos BRICS

Brasil

Para um país cuja grande parte da população é formada por afrodescendentes e com a percepção de que Brasil e África possuem contexto histórico semelhante, para o governo brasileiro, a presença da África do Sul no agrupamento dos BRICS só reforça a ideia de que o continente africano é de extrema importância para a política externa brasileira.

O Brasil busca auxiliar seus parceiros a tornarem-se parte desta mudança na nova ordem mundial e desconcentração de poder, além de enfatizar e engrandecer os projetos que possuem com o continente africano. Na política interna do Brasil, o ingresso sul-africano no BRICS tem um peso mais histórico, uma vez que o governo possui um compromisso com a campanha do movimento negro, principalmente durante o governo Lula, com a população afrodescendente, o que intensifica a relação Brasil-África (ARAÚJO, 2011: 3; IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011).

A aproximação do Brasil com a África do Sul é relativamente nova, e se deu em momentos importantes da história dos dois países, o término do apartheid na África do Sul e a redemocratização do Brasil, no entanto, as afinidades dos países são relevantes, de acordo com Pimentel (2012):

[...] se de um lado somos as nações com maior PIB industrial de nossos continentes, de outro, a diversidade de nossas bases industriais pode nos endereçar a uma profícua troca de conhecimento. Essa posição de liderança regional nos permite a ampliação do diálogo Sul-Sul em novas frentes, seja articulando e integrando as cadeias produtivas de ambos os continentes, seja reforçando a defesa de nossos interesses comuns de desenvolvimento social e econômico num mundo em transformação. Uma nova geopolítica no Atlântico Sul pode vir a surgir desta nova agenda [...] Nossa agenda atual de cooperação, ações conjuntas e iniciativas de cooperação é extensa. Tradicionalmente, compramos e vendemos mercadorias e mais recentemente empresas brasileiras da área da construção civil e do setor de serviços passaram a intensificar a atuação brasileira no continente africano. (PIMENTEL, 2012)

Isto significa que, para o Brasil, os próximos movimentos indicam na direção da intensificação dos diálogos nos âmbitos social, de desenvolvimento e cooperação com o país sul-africano, inclusive no que se refere aos acordos comerciais.

Rússia

As relações diplomáticas entre estes países foram retomadas em 1992. O então presidente da África do Sul, Nelson Mandela, fez uma visita a Federação da Rússia, em 1996.

A relevância da África do Sul em relação a política externa russa pós Guerra Fria, era quase nula. No entanto, após os anos 2000 e principalmente no que tange o período entre 2006 e 2007, a Rússia tem tentado reverter este cenário, com a implementação de diversos tipos de cooperação entre os Estados, que é o caso da exploração de jazidas de urânio no Níger, a assinatura de contrato para a construção de um satélite e de um sistema de difusão de comunicações angolano, a assinatura de contrato entre as empresas Gazprom e Nigerian National Petroleum Corporation para a construção de um gasoduto na Nigéria, e a possibilidade de venda de equipamentos militares para países africanos. (MORAES E RIBEIRO, 2012)

No ano de 2006, em uma visita de Putin a Cidade do Cabo, na África do Sul, foi assinado o Tratado de Amizade e Parceria entre a Rússia e a República Sul-africana, a fim de garantir uma interação na ordem multipolar mais justa e democrática. A união entre os dois países já havia acontecido em assuntos relacionados de combate ao terrorismo internacional e solução pacífica dos conflitos regionais.

Índia

A admissão da África, em especial, a África do Sul no acrônimo, para a Índia, tem uma posição um tanto quanto dúbia: Por um lado, a reivindicação indiana por reformas em instituições multilaterais ganha peso com o ingresso de um país africano em um grupo que tem mais força, por exemplo, o IBAS. No entanto, a Índia recebeu o país africano com ressalvas, uma vez que teme o alinhamento progressivo da África à China (MANCHERI; SHANTANU, 2011).

Além do IBAS, a Índia e a África do Sul também fazem parte do *Indian Ocean Rim Association*¹⁹(IORA), que em português significa Associação da Bacia do

¹⁹ Composta por Austrália, Bangladesh, Comores, Índia, Indonésia, Irã, Quênia, Madagascar, Malásia, Maurício, Moçambique, Omã, Seicheles, Singapura, África do Sul, Sri Lanka, Tanzânia, Tailândia, Emirados Árabes, Iêmen. O lançamento oficial do IORA se deu no encontro ocorrido entre os dias 6 e 7 de março de 1997, em Maurício, durante a primeira Reunião Ministerial. Esta reunião

Oceano Índico. Se trata do único fórum regional que liga a maioria dos países da Bacia Oceano Índico através de uma reunião anual formada Ministros Estrangeiros, e tem como objetivo encorajar a cooperação econômica, incluindo o comércio exterior e os investimentos estrangeiros diretos (IED). As áreas prioritárias da IORA são: Segurança marítima, facilitação de comércio e investimentos, gestão de riscos de desastres naturais, gestão e pescas, trocas turísticas e culturais, cooperação acadêmica em ciência e tecnologia, juntamente com a questão transversal de gênero e empoderamento feminino. (IORA,2013).

Isso demonstra que Índia e África do Sul possuem interesses em comum e procuram promover o crescimento sustentável e desenvolvimento equilibrado dos estados da região, além de terem foco em áreas de cooperação econômica que oferecem oportunidades para o desenvolvimento, a liberalização, bem como amenizar os obstáculos e barreiras a fim de promover um fluxo mais livre de bens, serviços, investimento e tecnologia no Oceano Índico.

China

O país mais relevante do grupo recebeu a África do Sul de braços abertos, por motivos óbvios: a intensa presença chinesa no continente africano e a necessidade de garantir matéria-prima são as grandes motivações que a China tem com a entrada do país africano, lembrando, muitas vezes, de um retorno de antigas práticas colonialistas. Neste caso, teve de ser rebatido por diversas vezes e foi duramente recriminado, conforme a afirmação: “A cooperação energética da China com a África [...] é construída a partir de demandas mútuas e com ganhos para ambos os lados, o que é absolutamente diferente do fogo e da espada usados por colonialistas ocidentais ao longo da história.” (HOLSLAG, 2006, p. 7).

[...] A visão da China como um modelo político e econômico “alternativo” às prescrições do Ocidente parece ser abrangente entre políticos, intelectuais, sociedade civil e mídia da África. Enquanto o fim da Guerra Fria trouxe mudanças bem-vindas, incluindo o fim das guerras por procuração travadas em solo africano e a libertação da Namíbia e da África do Sul, o mundo unipolar, caracterizado pela dominação ocidental que se seguiu, foi fonte de muito desconforto para muitos intelectuais e líderes políticos africanos. (OBIORAH, 2007, p. 40, tradução livre).

aprovou a Carta IORA, e determinou o enquadramento administrativo e processual em que a organização iria desenvolver. (IORA, 2013)

Conclusão

Se a ideia inicial do acrônimo era criar um mnemônico com o intuito de antever e evocar as novas oportunidades em âmbito econômico, podemos dizer que as intenções foram muito além das expectativas. A partir do conceito inicial, os BRICS ganharam uma dimensão amplificada quando passaram a ser considerados, não só economias promissoras, mas também representantes de uma nova ordem mundial.

Além do sentimento de querer contribuir para o desenvolvimento humano e um mundo mais justo e equânime, o fato é que os BRICS tem participação significativa quando se trata de contribuir para a paz mundial, a segurança e a estabilidade, estimulando o crescimento econômico global, fortalecendo o multilateralismo e promovendo maior acessibilidade das relações internacionais. Com isso, se torna apto a dialogar e cooperar de forma inclusiva, transparente e solidária, provendo a assistência mútua e sem elemento de confronto. Ou seja, comungam da ideia de que o mundo está em transição ampla e profunda, marcada pelo fortalecimento da multipolaridade, globalização e interdependência, por isso, deve se utilizar de mecanismos como a cooperação e o direito internacional em prol do bem comum, e são a favor de ferramentas de controle e manutenção da paz, como a ONU, por exemplo. (PIMENTEL, 2013).

A constituição do BRICS para a África do Sul é de extrema relevância. Observou-se que, nos períodos de recessão econômica mundial (2008 e 2009), o BRICS surgiu como uma resposta ao mundo de que algo precisaria ser feito naquele momento, o sistema internacional abria oportunidades para que países em desenvolvimento também pudessem participar mais ativamente, exercendo maior peso na balança de poder. Com isso, muito conveniente foi a união dos países em desenvolvimento (PEDs) que almejavam uma participação mais ativa nas questões internacionais, e o exercício de poder que pudesse influenciar favoravelmente seus objetivos.

Além disso, a criação do grupo acabou por estimular os países membros a se relacionarem com maior frequência, trocar experiências, ampliar o intercâmbio de informações e até mesmo intensificar as transações comerciais entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o que em geral não ocorria.

Ademais, como prova do potencial de concretude das relações entre os cinco países os ganhos refletidos no aumento de suas quotas junto ao FMI, a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS e a criação do mecanismo de complementação de reservas. (BAUMANN, 2015:24). A criação do NBD, por exemplo, pode ser considerada uma grande evolução para os países emergentes uma vez que é o primeiro banco em que a liderança não está nas mãos de norte-americanos ou europeus, o que certamente acaba por influenciar a política, a economia, o sistema financeiro global, e consequentemente, a balança de poder no sistema internacional contemporâneo.

A participação da África do Sul no grupo BRICS representa, além do reconhecimento de um país que suscita cada vez mais a democracia, do realinhamento social e da coragem em se lançar ao mundo, também pode desempenhar o papel de precedente, não mais somente na área turística, como econômica e comercial para o mundo africano. Por último, a integração da África do Sul pelos BRICS denota a busca de maior por legitimidade e respeito perante a comunidade internacional.

Referências

ÁFRICA DO SUL. DIRCO - Department of International Relations and Cooperation. **Annual Report 2009- 2010**. Pretoria, 2010. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/departament/report_2009-2010/annualreport2009-2010.pdf> Acessado em: 24 ago. 2015.

BAUMANN, Renato; et.al. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.

BAUMANN, Renato. (Org.). **O Brasil e os demais BRICS: Comércio e Política**. Brasília: CEPAL, Escritório no Brasil; IPEA, 2010.

BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs). **Os BRICS e seus vizinhos. Comércio e acordos regionais**. Brasília. Ipea, 2014

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul** Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Cooperação técnica**. s.d. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica/>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. **BRICS: Declarações dos Líderes e Planos de Ação**. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/declaracoes-planos-de-acao-e-comunicados/lideresmenu> Acesso em: 19 de jan. 2016.

_____. **VII Cúpula do BRICS – Declaração de Ufá – Ufá, Rússia, 9 de julho de 2015**. Disponível em: < http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/252-vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa> Acesso em: 10 dez. 2015.

DAMICO, Flávio; et.al. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.
G-7 INFORMATION CENTER. **What are the G7 and G8?** Disponível em: <<http://www.g8.utoronto.ca>> Acesso em: 19 de mar. 2016.

HOLSLAG, J. **Unleash the dragon. China's go-out strategy**. *Studia Diplomatica*, v. 59, n. 4, 2006.

IORA - INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION. **Charter of the Indian Ocean Rim Association (IORA)**. Disponível em: <http://iora.net/media/157216/iora_charter.pdf> Acesso em: 19 de mar. 2016.

KEOHANE, Robert O. **Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics**. In: *International Organization*, vol. 23, nº. 2, primavera, 1969.

LECHINI, Gladys. **BRICS e África: A Grande Incógnita**. Boletim de Economia e Política Internacional. Brasília. Ipea. 2012

LIPTON, Merle. **Understanding South Africa's foreign policy: the perplexing case of Zimbabwe**. South African Journal of International Affairs, London: v. 16, n. 3, p. 331- 346, 2009. Disponível em: <http://www.swradioafrica.com/Documents/Merle_Lipton140110.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2015.

MANCHERI, N. A.; SHANTANU, S. **IBSA vs BRICS: China and India courting Africa**. East Asia Forum, 2 set. 2011. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2011/09/02/ibsa-vs-brics-china-and-india-courting-africa>>.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. RIBEIRO, Elton Jony Jesus Ribeiro. **De BRIC a BRICS: Como a África do Sul Ingressou em um Clube de Gigantes**. Boletim de Economia e Política Internacional nº 10, Abril/Junho 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14508&Itemid=4

NGWENYA, Nomfundo Xenia. **South Africa in Africa**. In: HOFMEISTER; Wilhelm .TYLER. Melissa Conley. Going Global: Australia, Brazil, Indonesia, Korea and South Africa in International Affairs. Singapore: Ed. Konrad-Adenauer Stiftung, 2011.

OBIORAH, N. **Who's Afraid of China in Africa? Towards an African Civil Society Perspective on China-Africa Relations**. In: MANJI, F.; MARKS, S. African perspectives on China in Africa. Oxford: Fahamu, 2007.

O'NEILL, J. **A África pode ser o próximo BRIC**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28 ago. 2010. Tradução de Paulo Migliacci.

PECEQUILO, Cristina. **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos _____ . Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical**. Revista Brasileira de Política Internacional, v.51, n.2, 2008, p. 136-153.

PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a África do Sul: As Relações Brasil e África do Sul**. FUNAG, Brasília, 2008.

_____. **A Parceria Africana: As Relações Brasil e África do Sul**. Fino Trato, 2013.

PIMENTEL, Fernando Damata. **Brasil e África do Sul: uma parceria para um novo mundo**. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/artigos/1903>> Acesso em 23 de ago. 2012.

PIMENTEL, J. V. S. (Org.). **Debatendo o BRICS**. Brasília: FUNAG, 2013.

_____. **Brazil, BRICS and the international agenda**. Brasília: FUNAG, 2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/artigos/1903>> Acesso em: 19 de mar. 2012.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo. Saraiva, 2005.

SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS (SAIIA). **Emerging Donors in International Development Assistance: The South Africa case**. 2008. Disponível em: <http://web.idrc.ca/uploads/user-S/12441475471Case_of_South_Africa.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNFPA. **Cooperação Sul-Sul**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-o-unfpa/cooperacao-sul-sul>> Acesso em: 20 jan. 2016.